



RELAÇÕES DE GÊNERO E APOSENTADORIA: UMA ABORDAGEM SOBRE A FAMÍLIA, AS RELAÇÕES SOCIAIS E AS CONDIÇÕES DE VIDA NA VELHICE

Leonia Capaverde Bulla*
Ana Maria Bercht**
Bianca de Souza***
Rosilaine Brasil Kunzler****
Vanessa Castro Alves*****

Resumo: O envelhecimento demográfico vem se acentuando gradativamente no Brasil. Com base no Censo Demográfico do IBGE (2010), o número de pessoas que atingem a velhice chega a 14,5 milhões no país. A pesquisa objetiva investigar a experiência da aposentadoria em idade avançada e considera principalmente as questões de gênero, por haver predominância de mulheres entre os mais velhos. Pelo exposto, buscou-se conhecer as experiências e significados do trabalho, da aposentadoria e da velhice, em uma perspectiva de gênero, através das percepções e implicações no cotidiano, na família, e demais relações sociais, considerando as condições de vida dessa fase.

Palavras-chaves: Gênero. Família. Velhice.

Abstract: Demographic aging has been increasing gradually in Brazil. Based on the demographic census (2010), the number of people reaching old age reaches 14.5 million in the country. The research aims to investigate the experience of retirement in old age and mainly considers gender issues, because there is a predominance of women among older. For these reasons, we sought to understand the experiences and meanings of work, retirement and old age, in a gender perspective, through the perceptions and implications in daily life, family, and other social relations, considering the conditions of this life stage.

Keywords: Gender. Family. Old age.

1. Introdução

O Brasil até pouco tempo era considerado um país de jovens, mas atualmente essa concepção vem se alterando gradativamente devido às modificações demográficas atuais, que o caracterizam como um País em acelerado processo de envelhecimento (VERAS 1994).

O percentual de pessoas com mais de 60 anos que era de 4% da população, em 1950, ampliou-se para 6,4%, em 1980, passou para 7,3% em 1991, chegando a 8,6%, em 2000 e 10,8% em 2010 (IBGE, 2010). Se houver continuidade nas tendências de elevação das taxas de longevidade estima-se que, em 20 anos, os idosos constituam um segmento ainda mais expressivo, podendo exceder a cifra de 30 milhões de pessoas. A estimativa

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

*** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

**** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

***** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

para uma pessoa que nascia em 1900 era de 33,6 anos, mas, em 2000 passou para 68,6 anos. Em 2010, a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 73,48 anos.

Com relação à fase da velhice, existem várias definições para conceituá-la. Em geral, é difundido pela literatura que as pessoas acima de 60 anos pertencem à terceira idade, porém, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998) faz outra classificação, considerando, também, a fase anterior à velhice, denominada meia-idade, que vai dos 45 aos 59 anos, fase em que iniciam as limitações e perdas que se tornarão mais evidentes após os 60 anos, quando iniciaria a velhice, propriamente dita. Então, haveria três estágios: Idoso(a): 60 a 74 anos; Ancião (ã) 75 a 90 anos; e Velhice extrema: 90 anos em diante.

A faixa etária dos 60 aos 65 anos é considerada um marco referencial em função principalmente do estabelecimento da idade para o início da aposentadoria. É fundamental perceber que o envelhecimento não é somente “um momento na vida do indivíduo, mas um processo extremamente complexo e ainda, pouco investigado, com implicações tanto para quem o vivencia como para a sociedade que o suporta ou assiste a ele” (FRAIMAN, 1995, p. 19). Segundo Bacelar (1999), trata-se de um conjunto de alterações psicofísicas do organismo da pessoa e de sua maneira de interagir com o meio social no qual está inserida.

Muitos pensadores como Motta (1999) e Monteiro (1991) contribuem para contemplar a velhice sob o ponto de vista positivo, através do aspecto evolutivo, visando descobrir alternativas para se viver com qualidade de vida, pois, acreditam que, apropriar-se das experiências da vida, só é possível por meio do envelhecimento. Nessa perspectiva, o envelhecimento seria um fenômeno contínuo e progressivo nos organismos em atividade e diretamente ligado às múltiplas alterações de ordem biopsicossocial que acontecem de maneira dinâmica no decorrer da existência humana.

Nesse sentido, essa fase não estaria associada somente às perdas, mas também, à evolução humana. Mesmo em idade madura é possível exercer a participação em todas as esferas da vida social. Vivenciar a velhice é uma escolha individual, que exige adaptação, reorganização, reconhecimento e respeito como qualquer outro cidadão nas diversas fases da vida. A longevidade é perspectiva de um número cada vez maior de pessoas. Assim, o objetivo principal desta pesquisa, é buscar conhecer as experiências e significados do trabalho, da aposentadoria e da velhice, numa perspectiva de gênero.



2. Envelhecimento, cultura e sociedade

As sociedades são constituídas pela diversidade cultural, social e econômica. Do ponto de vista antropológico, a primeira definição de cultura foi formulada por Tylor (1977), o qual considerava a cultura como um fenômeno natural à evolução das raças de um mesmo grau de civilização. De acordo com Boas (1972), a cultura tinha de ser explicada a partir das investigações históricas, ou seja, através do particularismo histórico¹. Keesing (1961) defende que não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais.

A partir dessas percepções, a cultura, portanto, é algo apreendido, não depende das diferenças genéticas hereditárias, como etnia, raça ou miscigenação. “Somente pela cultura, a humanidade distingue-se do mundo animal” (LARAIA, 2002, p. 37). Sabe-se que a cultura influencia e regula hábitos, costumes e o comportamento em sociedade. A diversidade cultural existente entre a espécie humana, como crenças, condutas, atitudes e valores que o homem adquire através da sociedade, é produto do ambiente em que ele vive e justifica a sua história cultural.

Nesse caso, é importante compreender quais as representações que envolvem e significam a velhice e o próprio processo de envelhecimento na sociedade. Aspectos culturais estão diretamente ligados a esses significados, já que para viver em sociedade o homem deve se adaptar às leis, normas e diretrizes desta, ajustando-se à estrutura econômica e política, às crenças e rituais religiosos de sua cultura e, assim, sucessivamente. Ao considerar a sociedade moderna, que embasa sua cultura no trabalho, no consumo, na jovialidade e na valorização do corpo, relega-se a velhice ao plano de decadência física, senilidade e segregação. Essa realidade faz com que o idoso se sinta discriminado e negligenciado em seus direitos, tanto pela omissão de uma política pública com propósitos específicos para esse segmento, quanto pelo ideário social que associa a velhice a fatores negativos como doença, isolamento e inexistência de um papel social.

A tendência dos padrões atuais de produtividade é de subestimar o investimento no idoso ou para o idoso, pois, não interessa ao Estado investir em programas que não ofereçam possibilidade de retorno através da mão-de-obra para a produção, fator

¹ Teoria segundo a qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou.



principal para o aumento do capital. Nesse sentido, a fase da velhice e consequentemente a aposentadoria, são estigmatizadas pela sociedade como um estado parasitário do homem. Segundo Beauvoir (1980) o velho sofre mais por representar a imagem da velhice, do que pelo declínio físico do avançar da idade e sua resultante perda das capacidades orgânicas.

3. Questões de gênero na velhice

Conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a proporção de pessoas idosas do sexo feminino é superior ao sexo masculino, pois no Brasil as mulheres vivem, em média, oito anos mais que os homens. Na expectativa de vida populacional existe, portanto uma desigualdade de gênero. Por determinações biológicas e culturais, homens e mulheres vivem e envelhecem de formas distintas. Sendo a velhice um fenômeno crescente entre as mulheres, faz-se necessário aprofundar o conceito de gênero. Em estudos acerca desse conceito, constata-se que gênero e sexo possuem definições distintas. Enquanto ao sexo estão atribuídas as características biológicas que definem o ser homem ou o ser mulher; gênero é a construção histórica, social e cultural de cada um ao longo dos tempos, independente da civilização a qual se possa pertencer. Nesse sentido, a terminologia gênero abrange o papel social, a conduta, as atribuições culturalmente impostas, reproduzidas e esperadas de homens e mulheres em sociedade (STREY, 2004).

As relações de gênero estão presentes na sociedade através dos papéis sociais, atitudes, comportamentos e valores atribuídos tipicamente aos homens e às mulheres. O envelhecimento está permeado por questões de gênero, dessa maneira, homens e mulheres experenciam as mudanças ocorridas na velhice, sobretudo, a fase da aposentadoria, de diferentes maneiras. Essas diferenças são as expressões individuais das experiências sociais vividas no passado, fruto de todo um processo cultural que se alterou.

Como na velhice há um número consideravelmente maior de mulheres, as mudanças e problemas enfrentados na fase da velhice são, portanto, femininos, de forma predominante. As idosas de hoje construíram suas vidas sob a forte influência da sociedade patriarcal, que limitava os espaços ocupados pela mulher na família, na sociedade e na legislação de direitos. Em tal configuração, enquanto o homem construía



sua participação voltada para a vida pública, através do trabalho diário externo a casa. A representação social da mulher era reduzida, pois, sua atuação restringia-se ao âmbito privado. As ocupações no lar e relativas à família eram consideradas e determinadas culturalmente como funções e “obrigações” femininas. Em um contexto de visíveis mudanças, no que se refere à participação da mulher na sociedade, observa-se que a igualdade e a efetivação dos direitos femininos ainda são partes de um processo ainda em construção.

Na cultura contemporânea, os papéis sociais do homem e da mulher tornaram-se menos rígidos, alterados pelas mudanças ocorridas nos modos de produção que deram origem à era industrial, trazendo como marco positivo a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho. As transformações do mundo moderno implicaram também em significativas mudanças na forma de organização das famílias, sobretudo, através do menor número de filhos entre os casais. O antigo acordo entre os gêneros, imposto pelos dogmas da cultura patriarcal, flexibilizou-se. Os papéis definidos, por essa época, para as mulheres donas de casa, mães e esposas e os homens provedores do lar modificaram-se. Na medida em que as mulheres decidiram circular no espaço público, elas descobriram, nele, outras possibilidades de satisfação e realização pessoal através da sua participação em postos de trabalho, onde era possível produzir e recriar infinitas alternativas que as tornariam pessoal e economicamente emancipadas do sexo oposto. É o que demonstra Louro, ao afirmar que, “o conflito entre trabalho e lar, tão valorizado recentemente, está sendo superado pelo reconhecimento das necessidades de realização pessoal através do trabalho e cooperação entre os cônjuges” (LOURO, 1987, p. 121).

Strey (1999) ressalta que a admissão da mulher no mundo do trabalho tornou possível a conquista de seus objetivos pessoais e profissionais, conferindo-lhe autonomia nas decisões sobre si própria. Através do exercício profissional, a mulher permitiu-se conhecer outras formas de realização, as quais hoje ultrapassam os limites domésticos.

4. A família, as relações sociais, o cotidiano e as condições de vida ao aposentar-se

Questões acerca da aposentadoria vêm assumindo um papel relevante nos tempos atuais, pois está relacionada com a parcela da população que mais cresce na



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

variável demográfica do país. O trabalhador ativo, se antes, exigido social e economicamente a cumprir com o seu destino de trabalhador, sendo dirigido em suas escolhas pela afirmação da produção/consumo, transformado em trabalho, em uma vida imersa de rituais cotidianos onde muitos forjavam sua identidade num labor e, nele, conseguiam o reconhecimento de seu valor que lhe conferia prestígio. O trabalho determinava os compromissos, horários e rotina.

O afastamento do mesmo faz com que o tempo livre não esteja mais relacionado com o conjunto de atividades diárias que faziam parte da sua vida. Há necessidade de mudança de hábitos cotidianos. Há uma diminuição no círculo de amizades ligadas ao trabalho, mas, por outro lado, uma convivência mais intensa com a família, que poderá ser harmoniosa ou conflituosa. Na aposentadoria, os idosos tendem a diminuir suas relações sociais e a não exercer a participação. O convívio social, os relacionamentos interpessoais e a troca de experiências, antes possibilitadas pelo trabalho são substituídos pelo isolamento e a ociosidade, levando a fase da velhice a ser marcada por sentimentos de inutilidade produtiva e de incapacidade para o estabelecimento de novas relações sociais. (SANTOS, 1990).

Com relação à família, em qualquer época histórica, apresenta-se como uma instituição socialmente notável pela sua universalidade. Ainda hoje, diferentes sociedades e religiões intervêm para manter a sua existência, demonstrando, dessa forma, seu papel de instituição fundamental. Ao longo dos tempos, a família assumiu novas configurações, frente à posição dos papéis sociais do homem e da mulher dentro do contexto familiar. A família moderna não possui mais a mesma realidade afetiva ou material dos tempos passados, quando, seus valores eram alicerçados no patrimônio, na reputação, nas fortes raízes genealógicas e na tendência à indivisão (ARIÈS, 1988).

A evolução dos costumes contemporâneos possibilitou nova organização da instituição. A família moderna assegura ser essencial o harmonioso ajustamento da vida em comum. Seus membros unem-se pelos sentimentos, pelo afeto e pelos costumes de vida. Assim, as antigas relações sociais que levava as pessoas a se unirem para multiplicar os bens materiais ou para escapar de uma insustentável solidão já são uma realidade superada, ou então, não mais frequente.

Atualmente, as famílias não se constroem apenas por laços de consanguinidade, propriedade e herança, mas, por objetivos e possibilidades de projetos de vida em comum. Novas configurações de família estão surgindo, possibilitando que as mesmas se estruturam não apenas a partir do conjunto de pessoas do mesmo sangue, que vivem



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

sob o mesmo teto, mas através de uma infinidade de “arranjos familiares”. A rigidez de papéis não dá mais conta dentro da nova estrutura da família, como a autoridade absoluta e incontestável do homem e submissão da mulher e filhos. Nesse sentido, os papéis sociais do homem e da mulher se conciliam tanto em atribuições e responsabilidades como em autoridade, na vida familiar. Na família moderna, as funções misturaram-se, pois, estão mais flexibilizadas. Existe mais abertura quanto à negociação de tarefas domésticas e compromissos financeiros, possibilitando que as ações do cotidiano se efetivem de forma natural (ARIÈS, 1981).

As condições de vida do idoso brasileiro no atual contexto diferem consideravelmente se nos reportarmos a algumas décadas atrás. Deve-se a isso, fatores como o acesso a saúde preventiva, planejamento familiar, saneamento básico e a criação de uma legislação específica que assegure proteção e direitos àqueles que envelhecem. Graças à expectativa de vida aumentada, ao acesso e melhoria das condições de saúde, a universalização da seguridade social nos tornou mais longevos. Em muitas situações os proventos advindos da aposentadoria colocam o idoso brasileiro na função de chefe de família. Através da possibilidade de ingresso nos bancos escolares, reduziram o grau de dependência dos filhos e parentes, ostentando uma velhice com maior autonomia e plenitude (Monteiro, 1991).

5. Metodologia

O presente estudo tem como principal objetivo, investigar como se processa a passagem da condição de trabalhador ativo a trabalhador aposentado e que ressignificados dão às suas vidas homens e mulheres idosas frente essa nova realidade em questão: a aposentadoria. A pesquisa é orientada pelo método dialético-crítico (referencial teórico-epistemológico) que envolve as seguintes categorias analíticas: totalidade, historicidade e contradição. A opção por esse referencial teórico orienta-se por uma concepção de homem que o percebe como parte de um contexto mais amplo onde considera-se aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. O indivíduo, enquanto parte desse processo recíproco de relações, não pode ser compreendido de forma fragmentada, mas a partir de sua totalidade.



A categoria da totalidade compreende o sujeito e o objeto por meio da relação todo/parte, ou seja, os fenômenos devem ser percebidos como um todo articulado e conectado em constante movimento e transformação (CURY, 2000). A categoria da historicidade pressupõe que a história é construída por ações humanas. O homem, em virtude de sua interação com o mundo, cria novos fatos a partir dos já existentes. Essa alteração dos fatos é que permite a continuidade da história (KOSIK, 1989).

A contradição está presente no movimento da realidade, sendo, portanto, dialética e contraditória. O movimento, o desenvolvimento e a transformação que cedem lugar ao novo têm sua origem nessa categoria. É essa relação de movimento e de incerteza do devir que possibilita e mostra a existência de novas possibilidades, mesmo que opostas. À medida que cada elemento ou fenômeno possui uma unidade de contrários, o devir traz consigo uma relação conflitiva, que é expressa pela contradição (GADOTTI, 1984).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois além de primar pela abordagem descritiva dos fatos, valoriza os significados da experiência e das expressões dos sujeitos que interagem no contexto pesquisado. A relevância dessa modalidade está em trabalhar basicamente com a experiência social dos sujeitos expressa no cotidiano, ou seja, com a expressão de sua cultura, modo de vida, valores e sentimentos. (MARTINELLI, 1994).

A amostra é do tipo não-probabilista intencional. Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 54), neste tipo de amostra, “o pesquisador está interessado na opinião (ação e intenção) de determinados elementos da população, mas não representativos dela”. Abrange aproximadamente 150 (cento e cinquenta) idosos de Porto Alegre os quais participam de Grupos de Terceira Idade, Grupos de Convivência e/ou Fortalecimento de Vínculos ligados a Universidades e a Centros de Referência da Assistência Social da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS, bem como a Instituições de Longa Permanência.

Os instrumentos e técnicas utilizados para a investigação e alcance dos objetivos propostos incluem entrevista semi-estruturada e observação assistemática. Triviños sublinha que “a entrevista semi-estruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação de ator” (1987, p. 152). Utilizar-se-á a observação assistemática que, para Marconi e Lakatos (2003), caracteriza-se por ser uma técnica de pesquisa espontânea, ocasional e acidental. A técnica da observação assistemática “consiste em recolher e registrar os fatos da



realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 192).

Como método de análise e interpretação dos dados coletados até o momento, nesse caso qualitativos, utilizou-se o método de análise de conteúdo, com base em Gagneten (1987). A análise envolve sete fases: reconstrução, análise, interpretação, conceitualização, generalização, conclusão e elaboração de propostas. Essas sete fases estão relacionadas entre si, compondo todo o processo de análise.

6. Resultados parciais

A pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados. Até o momento foram realizadas 32 (trinta e duas) entrevistas em três Grupos de Convivência de Idosos, no município de Porto Alegre. Dentre os entrevistados, 25 (vinte e cinco) são mulheres e 7 (sete) são homens, denotando a disparidade de gênero na velhice. Quanto ao estado civil, 11 (onze) são viúvos (as), 10 (dez) divorciados/separados (as), 8 (oito) são casados (as) e 3 (três) são solteiros (as). O grau de escolaridade é variável, dentre os 32 (trinta e dois) sujeitos entrevistados, 14 (quatorze) possuem o Ensino Fundamental, 11 (onze) o Ensino Médio, 5 (cinco) cursaram o Ensino Superior Completo, 2 (dois) foram alfabetizados informalmente, uma prática muito comum, se considerarmos a década em que nasceram e a região, pois o acesso aos bancos escolares nem sempre era viável. A faixa etária dos entrevistados varia de 60 (sessenta) a 90 (noventa) anos, sendo composta em sua maioria por mulheres, sinalizando que a velhice é predominantemente feminina.

Quanto às condições de moradia e infraestrutura, 27 (vinte e sete) sujeitos residem em moradia própria, 4 (quatro) vivem de aluguel e 1 (um) reside em moradia cedida por familiar. Todos possuem saneamento básico e infraestrutura (abastecimento de água, energia elétrica, instalação sanitária e coleta de lixo). Destes, 32 (trinta e dois) entrevistados, 12 (doze) moram sozinhos e os demais residem com familiares e/ou outros agregados. Possuem em média 3 filhos. Quanto à renda mensal, 26 (vinte e seis) entrevistados recebem entre 1 a 3 salários mínimos, 4 (quatro) recebem de 4 a 6 salários e 2 (dois) recebem de 6 a 8 salários mínimos. Destes, 21 (vinte e um) referiram que somente eles próprios vivem de sua renda. Os demais possuem familiares que dependem de seus proventos.



Nesse sentido, a renda mensal do idoso, em alguns casos o único provento, dá origem aos “arranjos familiares”, que se formam mais por questões econômicas do que culturais. A origem da renda dos entrevistados advém somente de aposentadoria; aposentadoria e pensão ou aposentadoria e outras fontes de renda informais e/ou Benefício de Prestação Continuada (BPC). Dentre as principais ocupações dos idosos para o tempo livre atualmente, foram relatadas as seguintes atividades: voluntariado, participação em grupos de convivência, artesanato, cinema, cursos, passeios e cuidados com netos. A maioria relatou que os seus proventos mensais são aplicados em alimentação, medicação, despesas da casa em geral e lazer.

7. Considerações finais

O acelerado envelhecimento populacional constatado não só em países de alto nível socioeconômico, mas também nos países ainda em processo de desenvolvimento, trouxe sérias implicações econômicas, políticas, jurídicas e sociais, uma vez que o Estado precisa dar conta de atender o contingente crescente de idosos, através de políticas públicas específicas. As áreas da saúde, da assistência e da previdência social são as que têm sofrido maiores impactos. Para a população economicamente ativa, a aposentadoria se torna cada vez mais remota, devido às mudanças nas políticas previdenciárias que retiram dos trabalhadores brasileiros direitos adquiridos na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Além disso, no meio urbano forma-se um novo perfil de aposentados que, receando as alterações e maiores exigências na concessão dos benefícios nos planos de aposentadoria, opta pelo desligamento precoce das atividades produtivas. Em função dessas mudanças, a imagem sociocultural da aposentadoria e da velhice se altera, seja através da reforma na legislação da Previdência Social, como na forma como homens e mulheres enfrentam as mudanças que chegam com essa fase da vida. Após o afastamento da ocupação laboral e com a realidade da aposentadoria, é preciso, portanto, ressignificar os planos e projetos de vida, a ocupação do tempo livre e as motivações a essa nova condição socialmente imposta. Para enfrentar essas mudanças, por um lado, é necessário que os idosos recriem cotidianamente novas alternativas de participação, lazer e ocupação do tempo livre, mas, por outro, é imprescindível que a



sociedade garanta o desenvolvimento integral e permanente do indivíduo também nessa etapa da vida.

A velhice precisa ser vivida e encarada, portanto, como um processo natural, como as demais fases da vida. O contato social, as amizades e as demais atividades realizadas são indispensáveis para se viver socialmente. As diversas possibilidades para se estabelecer contato com o outro precisam ser exploradas, pois contribuem para que os idosos se adaptem às mudanças que o processo de envelhecimento necessita. É indispensável, portanto, a participação contínua e permanente em todos os espaços da vida social, desfrutando de situações e oportunidades de acordo com os interesses e recursos pessoais de cada um, mas, acima de tudo, que esse envolvimento seja resultado de escolhas que resultem em satisfação e vontade de viver.

Outro aspecto importante a ser discutido e compreendido é a feminilização da velhice, pois há um processo histórico de predominância de mulheres no período de envelhecimento, diferença que aumenta significativamente entre os mais idosos. Esse e demais fenômenos acima citados, contribuem para mudanças significativas no papel social e na organização da sociedade como um todo para se readaptar as necessidades que o acelerado envelhecimento populacional vem exigindo.

Nesse caso é necessário contemplar a faixa etária da população em discussões que proponham novas alternativas para que os idosos também sejam incluídos e considerados enquanto sujeitos partícipes desse processo de transformação histórico, social, econômico e cultural. Apesar do avanço conquistado através do Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de Outubro de 2003), ainda são tênues as propostas, em termos de políticas sociais efetivas para esta faixa etária, no sentido de ofertar a este segmento populacional alternativas de acesso concreto.

Referências

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2ª edição. LTC Editora. Rio de Janeiro, RJ, 1981.

_____. A criança e a vida familiar no antigo regime. Lisboa: Relógio d'Água, 1988.

BACELAR, R. Envelhecimento e produtividade: processos de subjetivação. Pernambuco: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA, 1999.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo – 1: fatos & mitos. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BOAS, Franz. The limitation of comparative method of anthropology. *Science*, v. 4, p. 12, 1972.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FRAIMAN, A. Coisas da idade. São Paulo: Gente, 1995.

GADOTTI, Moacir. Ciência e engajamento: responsabilidade social do pesquisador. *Reflexão*, Porto Alegre, n. 28, 1984, p. 5-8.

GAGNETEM, Maria Mercedes. Hacia una metodología de sistematización de la practica. Buenos Aires: Humanitas, 1987.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo demográfico 2010, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso diário.

_____. Censo Demográfico 2002.

KEESING, Felix. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Obra revisada em 1999).

KUNZLER, Rosilaine B. A Ressignificação da Vida Cotidiana a partir da Aposentadoria e do Envelhecimento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Tese de Doutorado, Março de 2009.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LOURO, Licéa de Almeida. O assistente social: os limites de sua consciência possível. Rio de Janeiro, 1987.

LAKATOS, Eva Maria. ; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos da metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, p. 192, 2003.

_____. Metodologia do Trabalho Científico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. Técnicas de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, p. 54, 1999.

MONTEIRO, Pedro Paulo. Envelhecer: histórias, encontros, transformações. Belo Horizonte: Autêntica, 1991.



II SERPINF

*Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional*

ISBN: 978-85-397-0584-2

MOTTA, Edith. Preparação para a aposentadoria e os programas nesta área. In: REY, F. B. et al. Revista Serviço Social & Sociedade, v. 51, p. 107-148, ago. 1999.

OMS. OMS (World Health Organization): population ageing – a public health challenge. Who Information, Fact sheets. n. 135 set. 1998. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 02 Out 14.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Identidade e aposentadoria. São Paulo: EPU, 1990.

STREY, Marlene Neves. Mulher e trabalho. In: STREY, M. N. (Org.). Gênero por escrito. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TYLOR, Edward. Primitive culture. London: John Mursay & Co.; New York: Harper Torchbooks, 1977.

VERAS, Renato Peixoto. País jovem com cabelos brancos. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.